ISCTE IUL
REPOSITÓRIO
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:
2026-09-28

Deposited version:
Accepted Version

Peer-review status of attached file:
Peer-reviewed

Citation for published item:
Marchi, R. (2025). A disputa pela memória histórica na construção do regime democrático. In Jerónimo Fernandes (Ed.), 50 vezes 25 de Novembro: 32 olhares sobre o caminho da liberdade (pp. 237?246). ACcN-Associação Conservadores com Norte.

Further information on publisher's website:
https://www.diariodominho.pt/opiniao/2025-11-21-50-vezes-25-de-novembro-a-liberdade-e-o-livro-6920310471ceb/amp?utm_source=chatgpt.com

Publisher's copyright statement:
This is the peer reviewed version of the following article: Marchi, R. (2025). A disputa pela memória histórica na construção do regime democrático. In Jerónimo Fernandes (Ed.), 50 vezes 25 de Novembro: 32 olhares sobre o caminho da liberdade (pp. 237?246). ACcN-Associação Conservadores com Norte.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0
The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Serviços de Informação e Documentação, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)
Av. das Forças Armadas, Edifício II, 1649-026 Lisboa Portugal
Phone: +(351) 217 903 024 | e-mail: administrador.repositorio@iscte-iul.pt
https://repositorio.iscte-iul.pt

A disputa pela memória histórica na construção do regime democrático

Riccardo Marchi

Pontual como um relógio suíço, também este ano, por ocasião do quinquagésimo aniversário de 25 de novembro de 1975, reabriu-se o confronto sobre a memória histórica mais ou menos partilhada da transição democrática, com repercussões no legado do passado autoritário e na qualidade do presente demoliberal. O cerne da contenda reside na interpretação de dois pilares da transição democrática: por um lado, o 25 de abril de 1974 como evento histórico geneticamente propenso à edificação, também para Portugal, de uma democracia representativa de modelo ocidental; por outro lado, o 25 de novembro de 1975 como derradeiro resgate desta tenção demoliberal graças à travagem do chamado Processo Revolucionário em Curso (PREC), entendido como tentativa de imposição de um regime totalitário de cariz comunista. No campo da historiografia nacional, este binómio interpretativo acicata reações indignadas, principalmente entre intelectuais de formação marxista.

Segundo os críticos marxistas, estas duas ideias estariam na base de uma série de operações revisionistas engendradas no último meio século, que nada têm a ver com o processo natural de revisão historiográfica, baseado em novos documentos produtores de novos conhecimentos. Representariam, pelo contrário, uma releitura ideológica da revolução portuguesa, atribuível à ofensiva das direitas na Europa contemporânea, que, nas suas ramificações mais extremas, pretende minar os fundamentos antifascistas dos regimes democráticos do pós-guerra. Em Portugal, este trabalho revisionista traduziu-se numa alegada contrarrevolução legislativa que, ao longo dos anos, desmantelou as conquistas políticas, económicas e sociais mais avançadas da revolução – consagradas no preâmbulo da Constituição de 1976 pela fórmula «abrir o caminho para a construção do socialismo» – e tentou liquidar a matriz revolucionária da democracia portuguesa, desfigurando assim a sua memória. O revisionismo é, portanto, a vontade de basear a legitimação do atual regime português na oposição entre democracia liberal e socialismo. O resultado é que os dezanove meses do PREC entre 1974 e 1975, assim como o desfecho do 25 de novembro, seriam frequentemente mal compreendidos e mal interpretados. Segundo os detratores, este ataque revisionista ao próprio conceito de revolução não é exclusivo do caso português, mas faz parte do fenómeno mais amplo de consolidação neoliberal na Europa, desde os anos 80 do século passado. Nesse sentido, o confronto entre diferentes historiografias não é tanto de natureza metodológica, mas ideológica, e serve para legitimar e reforçar o modelo político-económico liberal, com os seus epígonos neoliberais e neoconservadores do «fim da história». Para os críticos mais radicais, o atual modelo de democracia representativa, celebrado pelos adeptos do 25 de novembro, não passa de um regime contrarrevolucionário, uma ditadura da

burguesia que substituiu a ditadura de Salazar, derrotando a verdadeira democracia de base do PREC, também através da ofensiva historiográfica e legislativa.

Do ponto de vista cronológico, as condições para esta reação revisionista amadureceram, em Portugal, entre o final dos anos 70 e o início dos anos 80, em concomitância com a onda neoconservadora de Margareth Thatcher e Ronald Reagan. Em 1979, formou-se o primeiro governo da Aliança Democrática (coligação entre os partidos PSD e CDS), prelúdio dos dezasseis anos de poder, em que as direitas se ocupariam, entre outras coisas, de desmantelar a hegemonia cultural marxista. Figuras de destaque dessa ofensiva foram também intelectuais vindos da esquerda radical que, desiludidos com a adesão da sua «geração 68/75» às ideias totalitárias durante o PREC, empenharam-se pessoalmente na revisão do seu passado recente e na renovação das suas coordenadas políticas. A cruzada intelectual das direitas portuguesa, reforçada pelos "desertores" da esquerda, desenvolveu-se num crescendo, favorecido pela crise do comunismo nos anos 90. Desde o princípio, a ofensiva revisionista demonstrou maior interesse pelo período revolucionário do que pelo salazarismo, porque se este é objeto de condenação bastante transversal ao eixo esquerda-direita, aquele foi o palco da fratura política e cultural entre a esquerda radical e os comunistas, por um lado, e os socialistas e as direitas, por outro.

Para Fernando Rosas, por exemplo, já em 1994 – no vigésimo aniversário do 25 de abril – as forças conservadoras tinham alcançado um alto grau de sistematização da sua crítica ideológica e até mesmo de demonização da revolução de 1974/75. A brecha aberta no início dos anos 90 alargou-se e agravou-se progressivamente no período de crise económica do princípio do século XXI, quando o desmantelamento do Estado social foi justificado com os problemas estruturais herdados do PREC: intervencionismo estatal excessivo na economia, destruição do tecido económico produtivo, matriz socialista anacrónica da Constituição, influência excessiva dos sindicatos, parasitismo de amplas camadas da população, elefantíase e ineficiência do aparelho público.

Do ponto de vista historiográfico, o início da onda revisionista coincidiu com o epílogo da historiografia do período imediatamente posterior ao 25 de abril, simbolizada pelos historiadores Victor de Sá, António Borges Coelho, Vitorino Magalhães Godinho, cujos tons celebrativos de uma nova identidade nacional para o Portugal europeu se tornaram muito mais sombrios devido à crise económica do final dos anos 70 e início dos anos 80. Nesta fase de normalização democrática, surgiu uma historiografia menos militante sobre a transição, mas não por isso menos repleta de consequências interpretativas. Os grandes contributos historiográficos desta década, da autoria de José Medeiros Ferreira e António Reis, ofereceram duas interpretações alternativas da transição democrática, ambas com o traço comum da subordinação dos movimentos de massas como chave de leitura do período revolucionário. Medeiros Ferreira enfatizou o papel dos militares golpistas em relação aos políticos, enquanto Reis enfatizou a interação entre as elites civis dos partidos para sair do processo revolucionário e instaurar a democracia ocidental. A historiografia

marxista acusou sempre de revisionismo esta subordinação dos movimentos de massa proposta pelos dois estudiosos de tradição socialista.

Na verdade, o campo acusado de revisionismo está longe de representar um espaço homogêneo. Está, pelo contrário, atravessado por uma pluralidade de interpretações sociais, políticas e militares dos eventos históricos. Pouco sensíveis a esta pluralidade, os críticos marxistas tendem a traçar um fio condutor comum nesta obra de construção hegemónica de uma memória histórica contrarrevolucionaria. Assim sendo, a ruptura radical de 25 de abril teria obrigado as direitas a fugir de qualquer tentação revisionista explicita em relação ao salazarismo e a apresentar-se como forças novas, empenhadas, em nome da democracia, em combater o totalitarismo comunista durante a revolução. Esta preocupação metamórfica das direitas portuguesas diluiu-se com o tempo, tanto que a antiga ala liberal do regime autoritário – que representava a semi-oposição interna – empenhou-se na aceleração da operação revisionista, uma vez reconquistados os centros económicos e políticos da democracia portuguesa no início da década de 80. Celebrando o exemplo espanhol, as direitas portuguesas reduziram a Revolução a um parêntese negativo, em relação ao qual teria sido preferível a evolução na continuidade tentada por Marcelo Caetano, considerado, em muitos aspetos, precursor da atual democracia liberal. O episódio mais maduro desta interpretação da direita liberal ocorreu, alegadamente, em 2004, no trigésimo aniversário do 25 de Abril, quando o governo liderado por José Manuel Durão Barroso cunhou o lema oficial da comemoração «Abril é (R)evolução», em que o «R» entre parênteses minimizava a Revolução e enfatizava a Evolução vivida por Portugal graças ao 25 de abril de 1974 e ao seu resgate pelo 25 de novembro de 1975. O episódio, longe de ser inocente, é considerado, pelos críticos de esquerda, uma mistificação histórica que anula o passado autoritário e celebra o presente neoconservador e neoliberal. A curta parentese do governo Barroso é, assim, apontada como um período emblemático em que as direitas retomaram com força a construção de uma memória histórica alternativa sobre a transição, após a euforia dos governos socialistas da segunda metade dos anos 90. É interessante notar aqui como, durante os governos socialistas de António Guterres (1995-2002), a exaltação do 25 de abril como marco histórico para as conquistas progressistas colidia, no entanto, à sua esquerda, com a análise comunista que contrapõe as premissas da Revolução e as conclusões do regime demoliberal, ou seja, a interpretação histórica do 25 de abril – e portanto do 25 de novembro – dada pelos verdadeiros revolucionários (o PCP) e aquela dada pelos falsos revolucionários (os contrarrevolucionários do PS e das forças à sua direita). Em 1999, por exemplo, por ocasião do 25º aniversário do 25 de abril e em plena era socialista, o líder histórico do PCP denunciava uma nova operação concertada de falsificação da História, levada a cabo por professores universitários, historiadores e investigadores que apresentam abusivamente a opinião pessoal como verdade histórica inconfutável.

Voltando à pedra do escândalo do «Abril é (R)Evolução», é interessante notar que os dois responsáveis pela operação denunciados pela historiografia antirrevisionista – o primeiro-ministro Barroso e o presidente

da comissão para as comemorações do 25 de abril, o historiador António Costa Pinto – provêm ambos da militância da esquerda radical na época da transição. Em particular, Costa Pinto foi criticado pelo seu colega Fernando Rosas, que definiu pseudocientífica a tentativa das direitas de celebrar a evolução em detrimento da revolução, devido ao facto de a mudança de regime por rutura ter ocorrido precisamente pela incapacidade das direitas portuguesas de conduzir uma reforma evolutiva do regime no sentido democrático. A revolução, portanto, não pode ser considerada um incidente de percurso, evitado, nas suas últimas consequências, pelo 25 de novembro, mas sim o código genético da democracia.

Paradoxalmente, um ano antes, em 2003, o próprio António Costa Pinto tinha acusado de revisionismo o primeiro-ministro Barroso e o seu ministro da Defesa Paulo Portas, imputando às direitas uma agenda preocupante e antiquada, devido à exigência insistente de reforma da Constituição para libertá-la das alegadas incrustações revolucionárias anacrónicas. A importância desta polémica reside no facto de o reformismo constitucional ser um dos campos mais férteis para o chamado "revisionismo histórico", que os seus seus detratores imputam ao aproveitamento da relação de força surgida do 25 de novembro. Esta relação de força permitiu, desde muito cedo, questionar a Constituição promulgada em 1976 e alimentar o debate jurídico sobre a preservação ou eliminação do legado normativo do período revolucionário. O questionamento do legado revolucionário assenta na ideia que a rutura golpista, longe de ser um evento excecional, teria sido, pelo contrário, parte da normalidade da história contemporânea portuguesa. Inconformadas com esta evidência, as esquerdas marxistas tentaram rescrever a história do golpe militar para transformá-lo em "revolução dos capitães", imediatamente englobada numa "revolução popular" cujo destino final só poderia ser a implantação do socialismo. Entre os críticos desta intentona marxista, os mais arrojados consideram, pelo contrário, a continuidade muito mais importante do que a rutura, como corroboram os dados estatísticos e os indicadores económicos, que se desenrolam desde 1961, com as primeiras reformas de Salazar, até 1997, ano da definitiva certificação de Portugal como país europeu desenvolvido.

A base economicista da tese da continuidade faz com que a historiografia económica represente um dos primeiros campos académicos que se mostraram permeáveis ao chamado revisionismo de direita, destinado a ser seguido pelos da história mais geral e da ciência política. Esta crítica é rejeitada pela historiografia económica portuguesa, que não reconhece o revisionismo como parâmetro de análise das diferentes correntes historiográficas nela presentes. Além disso, a historiografia económica alcançou agora um certo consenso sobre a ideia da concorrência de fatores internacionais e nacionais na dinâmica de expansão e contração da economia portuguesa dos anos 60 e 70, ou seja, uma análise muito mais complexa do que o simplista continuum interrompido pelo PREC.

É indubitável, no entanto, que existe uma correspondência cronológica entre a perspetiva historiográfica da continuidade e a época dourada dos governos de direita, em particular os liderados por Aníbal Cavaco Silva,

entre 1985 e 1995, em que o desmantelamento do modelo económico herdado do período revolucionário – permitido pelo desfecho do 25 de novembro – era visto como uma retomada da liberalização marcelista.

Também não há dúvida de que está a difundir-se, cada vez mais, uma literatura hostil à vulgata marxista. Já em 2013, por exemplo, o então jovem jornalista e ensaísta, Henrique Raposo publicava a sua *História Politicamente Incorrecta* para desmontar cinco mitos politicamente corretos sobre a história contemporânea de Portugal. O autor comparava os indicadores de desenvolvimento da Primeira República (1910-1926), do Estado Novo (1933-1974) e da Terceira República (a partir de 1974) e demonstrava que o desempenho do regime autoritário em relação ao seu antecessor foi melhor do que o do seu sucessor. Longe de propor um revisionismo nostálgico, o autor concluía afirmando a superioridade moral do regime democrático sobre o Estado Novo, em virtude da sua legitimidade constitucional em comparação à ilegitimidade do governo ditatorial salazarista. Ou seja, a leitura antirrevolucionária do regime nascido com o 25 de abril e viabilizado pelo 25 de novembro – acusada de ser revisionista pela historiografia marxista – provém não da direita nostálgica, mas da direita liberal-conservadora alheia às tentações neossalazaristas.

Em 2023, por sua vez, o historiador económico Nuno Palma denunciava politicamente, no seu *As Causas do Atraso Português*, a ditadura opressora do Estado Novo, mas comprovava o papel do regime no desenvolvimento económico e dos recursos humanos. Pelo contrário, apontava nalgumas políticas da transição (nacionalizações, reforma agrária e cultura coletivista e estatalista) fatores prejudiciais para a convergência económica portuguesa, felizmente ultrapassados pela estabilização institucional da democracia liberal permitida pelo 25 de novembro.

Estas duas obras da geração mais nova de investigadores são incluídas, pelos antirrevisionistas, na chamada historiografia dos vencedores, ou seja, das forças políticas, económicas e intelectuais que, saídas vitoriosas do 25 de novembro, conquistaram a hegemonia cultural e o poder de construir a memória institucional sobre as origens da democracia portuguesa contemporâneas. Tal como a corrente da continuidade, também a historiografia dos vencedores condena o processo revolucionário, mas, ao contrário da primeira, não pretende traçar um continuum com os últimos anos do autoritarismo, mas sim destacar como a democracia portuguesa de modelo ocidental foi uma conquista dos anticomunistas moderados, gerados pelo próprio 25 de abril e crescidos em oposição ao PREC. Esta linha historiográfica é representada pelos trabalhos pioneiros do norte-americano Kennet Maxwell e do espanhol Joseph Sanchez Cervelló. O primeiro celebra o sucesso dos moderados na difícil tarefa de superar o PREC, derrotando os extremismos opostos da esquerda e da direita no 25 de novembro. O segundo traça uma cronologia determinística que vai de 28 de setembro de 1974 a 11 de março de 1975 (as duas tentativas da direita de controlar a transição, apoiando o general Spínola) e termina em 25 de novembro de 1975, quando os moderados prevalecem definitivamente sobre a extrema-esquerda, pondo fim à revolução. Estas linhas interpretativas podem ser encontradas em alguns dos trabalhos mais relevantes sobre a transição, como os dos historiadores António José Telo,

António Reis e Maria Inácia Rezola, e corroboram, ainda hoje, a tese de que o sucesso da transição democrática está intimamente ligado ao sucesso político de Mário Soares. Para os antirrevisionistas, trata-se de uma historiografia que pressupõe abusivamente a ideia da democracia representativa de modelo ocidental como inevitabilidade do 25 de abril, ou seja, uma operação revisionista que seleciona a posteriori os acontecimentos históricos que justificam o resultado dos vencedores. A abordagem teleológica e determinista desta historiografia peca por duas razões: em primeiro lugar, apresenta o desfecho do 25 de novembro como uma inevitabilidade, quando foi apenas o resultado das relações de força criadas durante o PREC entre a revolução e a contrarrevolução; em segundo lugar, contrapõe o modelo ocidental de democracia às conquistas do período revolucionário, que, longe de serem anuladas pelo 25 de novembro, permanecem no regime atual como possibilidade de inspiração para lutas futuras.

Apesar da pluralidade ideológica, todas as abordagens historiográficas acima mencionadas contribuíram, segundo a análise dos antirrevisionistas, para criar um ambiente favorável à difusão da ideia comum à direita: o 25 de abril como uma conspiração de um grupo restrito de militares, instrumentalizada pelas franjas mais radicais da oposição antissalazarista e felizmente resgatada, no seu significado mais genuíno, pelo 25 de novembro. Esta interpretação revisionista assenta nos seguintes pilares: a exiguidade e a não representatividade dos revolucionários do PREC no contexto social português; a nocividade do período revolucionário em relação ao processo de modernização socioeconómica e geopolítica do período marcelista; o desfasamento do projeto revolucionário em relação ao espírito genuíno da sociedade portuguesa; a necessidade por parte das forças saudáveis do país (Igreja, empresários, políticos e militares moderados) de impedir a instauração do totalitarismo comunista, mesmo através do uso de instrumentos normalmente ilegítimos (o terrorismo contrarrevolucionário). Para os antirrevisionistas, o discurso de todas as fações que se reconhecem no legado do 25 de novembro assenta em três mentiras: nos últimos anos do Estado Novo, a dinâmica económica não era de todo positiva, mas estava a sofrer o choque petrolífero de 1972/73 e o peso das despesas de guerra que já não podiam ser amortizadas pelo PIB; a revolução não foi expressão de uma minoria, mas sim um grande movimento telúrico de massas pela conquista da liberdade civil e da democracia social e política. Ela foi minada, sem dúvida, pela tentação hegemónica de atores importantes da esquerda radical, mas não pode ser confundida com um processo de instauração do totalitarismo, até porque os usos e abusos são inevitáveis em qualquer tempestade revolucionária; a responsabilidade pela descolonização, apesar da discutibilidade de algumas das suas opções, não é atribuível à revolução, mas sim ao colonialismo belicista e obstinado do regime autoritário.

No âmbito da crítica antirrevisionista é possível encontrar também condenações da tentativa do Partido Comunista Português de construir uma memória da revolução à sua imagem e semelhança, como defensor da democracia popular genuína em Portugal. Estas vozes negam a tese comunista de que a revolução foi possível graças ao clima insurrecional promovido em Portugal pelo PCP e no qual os militares teriam

entrado como mero braço armado. Trata-se de uma invenção histórica do PCP para minimizar o golpismo militar e exaltar a estratégia comunista histórica da insurreição popular. A crítica ao PCP alcança picos assaz polémicos quando atribui ao partido de Álvaro Cunhal o objetivo prioritário de, em acordo com setores da burguesia, consolidar o regime democrático no quadro de um capitalismo regulamentado, na órbita da Aliança Atlântica. Nesse sentido, a contrarrevolução de 25 de novembro de 1975 teria sido, na realidade, uma contenção da revolução, realizada pelos militares moderados do MFA, em acordo com o PCP e colocando fora de jogo a direita. Também neste caso, a tese dos antirrevisionistas à esquerda do PCP converge com a da direita radical, segundo a qual o PCP, consciente da impossibilidade de instaurar a democracia popular em Portugal sem o uso da violência extrema e da intervenção externa, decidiu acelerar o processo de descolonização para esvaziar o processo revolucionário, ceder a metrópole à democracia ocidental, mas garantir a influência soviética em África.

Em Portugal, portanto, a acusação de revisionismo sobre o passado recente não diz respeito tanto ao 25 de abril de 1974 como facto histórico, mas sim ao período revolucionário que se seguiu, terminado pelo 25 de novembro de 1975. Embora, sobre este tema, poucos sejam aqueles que, tanto à direita como à esquerda, possam escapar à acusação de revisionismo, em Portugal não existe uma corrente revisionista orgânica oposta a uma corrente antirrevisionista. Pelo contrário, existem estudiosos individuais que denunciam as implicações revisionistas de determinadas análises historiográficas, cujos autores preferem, em muitos casos, evitar a polémica ou repostar utilizando, quando necessário, o mesmo conceito demonizador. A relativa proximidade do acontecimento histórico e a participação direta – operacional ou cultural – no mesmo por parte de muitos dos atuais protagonistas do debate fazem com que a análise histórica adote frequentemente o critério político, acabando por identificar *a fortiori* – para utilizar a categoria schmittiana no contexto nacional – o amigo e o inimigo. Assim, a interpretação do período revolucionário não visa problematizar o evento histórico, mas afirmar uma verdade histórica inevitável e destinada a ser comprovada pela historiografia. Em particular, os antirrevisionistas denunciam a tentação de hegemonia cultural da história dos vencedores do 25 de novembro, com o seu carácter teleológico que identifica o atual regime português como a conclusão natural da premissa-25 de abril. À luz da sua abordagem marxista, no entanto, eles deveriam criticar não o princípio teleológico em si, mas sim a identificação errada da Revolução dos Cravos com a democracia representativa do modelo ocidental. Esse modelo deveria, no máximo, ser considerado uma etapa superável em vista de um destino que está longe de ser o liberal-democrático. Por outro lado, os próprios historiadores antirrevisionistas apresentam uma abordagem teleológica ao defender o horizonte socialista, germinado pela revolução e consagrado pela Constituição, tanto como código genético da democracia, quanto como fonte de inspiração para a evolução do atual regime.

A retórica sobre a pluralidade de vozes, recorrente nas comemorações do 25 de abril e do 25 de novembro, acaba por se reduzir, assim, a duas interpretações dicotómicas sobre os dezanove meses da revolução; duas escatologias políticas – para usar a expressão de Julien Freud – ambas teleológicas e, portanto, portadoras de uma elevada predisposição de demonização. Assim, a acusação de revisionismo em Portugal gera tanto análises fecundas quanto anátemas inquisitoriais.

Referências

CASTAÑO D. *Mário Soares e o sucesso da transição democrática: breves notas".* Em *Ler História*, 63, 2012

CRUZEIRO M.M. "Revolução e Revisionismo Historiográfico. O 25 de Abril visto da História". Em Rui Cunha Martins (coord.), *Portugal 1974 – Transição Política em Perspectiva Histórica* (Coimbra: IUC, 2011)

FREIRE A., MARTINHO F.C.P. "As Historiografias brasileira e Portuguesa e o problema da transição para a democracia". Em João Paulo Avelãs Nunes, André Freire (coord.), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no século XX: olhares* cruzados (Coimbra: IUC, 2013)

HARO F.A. "Historiografia, política e revisionismo em Portugal". Em Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira (eds.), O *eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis* (Lisboa: Campos da Comunicação, 2013)

LOFF M. "Depois da Revolução?...Revisionismo histórico e anatemização da Revolução". Em *Revista História & Luta de Classes*, 7(12), 2011: 11-16

LOFF M. "Coming to Terms with the Dictatorial Past in Portugal after 1974: Silence, Remembrance and Ambiguity". Em Stefan Troebst and Susan Baumgartl (eds.) *Postdiktatorische Geschichtskulturen im Süden und Osten Europas. Bestandsaufnahme und Forschungsperspektiven* (Göttingen: Wallstein Verlag, 2009)

LOPES, J.S. A *economia portuguesa no século XX* (Lisboa: ICS, 2004)

PALMA N. *As Causas do Atraso Português* (Lisboa: Dom Quixote, 2023)

PINTO A. C. "O passado autoritário e as democracias da Europa do Sul: uma introdução". Em António Costa Pinto (ed.), A *Sombra das Ditaduras. A Europa do Sul em Comparação* (Lisboa: ICS, 2013)

RAMOS R., VASCONCELOS E SOUSA B, MONTEIRO N. *História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2011)

RAPOSO H. *História Politicamente Incorrecta do Portugal Contemporâneo – De Salazar a Soares* (Lisboa: Guerra & Paz, 2013)

ROSAS F. "*Notas para um debate: a Revolução e a Democracia".* Em Francisco Louça e Fernando Rosas, *Ensaio Geral. Passado e futuro do 25 de Abril* (Lisboa: Dom Quixote, 2004)

RUIVO F.B. "O 25 de Abril? O que é o 25 de Abril?". Em Maria Inácia Rezola e Pedro Aires Oliveira (eds.), O *eterno retorno: estudos em homenagem a António Reis* (Lisboa: Campos da Comunicação, 2013)

SOUTELO L. *"Visões da Revolução dos Cravos: combates pela memória através da imprensa (1985-1995)"*. Em Raquel Varela (ed.) *Revolução ou Transição? História e Memória na Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand, 2012)

VARELA R. *"Conflito ou Coesão Social? Apontamentos sobre a História e a Memória da Revolução dos Cravos".* Em Raquel Varela (ed.), *Revolução ou Transição? História e Memória da Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand, 2012)

VARELA R. A *História do PCP na Revolução dos Cravos* (Lisboa: Bertrand, 2011)